



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS – CCSAH
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC

JOSÉ GUSTAVO DE SOUZA BEZERRA

**INCLUIR PARA FORMAR OU FORMAR PARA INCLUIR? REFLEXÕES ACERCA
DA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ RUFINO EM
ANGICOS/RN.**

MOSSORÓ/RN

2018

JOSÉ GUSTAVO DE SOUZA BEZERRA

**INCLUIR PARA FORMAR OU FORMAR PARA INCLUIR? REFLEXÕES ACERCA
DA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ RUFINO EM
ANGICOS/RN.**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Orientadora: Prof^a. Sara Cristina dos Santos Freires

MOSSORÓ/RN

2018

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

B574i Bezerra, José Gustavo de Souza.

Incluir para formar ou formar para incluir?

Reflexões acerca da formação dos docentes da Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN. / José Gustavo de Souza Bezerra. - 2018.

52 f. : il.

Orientadora: Sara Cristina dos Santos Freires. Monografia (graduação) - Universidade Federal

Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo, 2018.

1. Educação inclusiva. 2. Formação de docentes.

3. Políticas de inclusão.. I. Freires, Sara Cristina dos Santos , orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

JOSÉ GUSTAVO DE SOUZA BEZERRA

**INCLUIR PARA FORMAR OU FORMAR PARA INCLUIR? REFLEXÕES ACERCA
DA FORMAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ RUFINO EM
ANGICOS/RN.**

Monografia apresentada a Universidade
Federal Rural do Semi-Árido como requisito
para obtenção do título de Licenciado em
Educação do Campo.

Defendida em: ____ / ____ / 2 ____.

BANCA EXAMINADORA

Nome do Orientador, Prof^ª. Sara Cristina dos Santos Freires.
(UFERSA)
Presidente

Nome do Examinador Interno, Prof^ª. Ms. Antônia Maíra Emelly Cabral da Silva Vieira.
(UFERSA)
Membro Examinador

Nome do Examinador Externo, Prof^ª. Ms. Aleksandra Nogueira de Oliveira Fernandes.
(IFERN)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar com muita alegria e gratidão, elevo os meus olhos aos céus e agradeço ao meu Deus que tem me sustentado com a sua destra. Dou-lhe graças constantemente Rei da Glória por todas as coisas que tens feito em minha vida em nome de Jesus Cristo.

Agradeço aos meus familiares que sempre me apoiaram para que eu pudesse realizar este tão estimado sonho, em especial a minha esposa Michelly e a minha filha Ana Gabriela.

Agradeço a todos os meus queridos professores que desde a educação infantil pude ter um elo de amizade além do espaço educacional; em especial agradeço a minha querida professora, orientadora e amiga Sara Cristina que com muito comprometimento e exemplo de profissionalismo repassado durante a realização deste trabalho me ajudou na construção desta obra.

Agradeço a banca examinadora que com muito esmero e dedicação contribuíram com a edificação deste trabalho.

Agradeço a todos pelo carinho e compreensão que tiveram comigo e cooperaram diretamente ou indiretamente para a realização deste lindo sonho.

Deus recompensará a todos vocês.

DEDICATÓRIA

Quero com muita felicidade expressar a minha gratidão por aquelas pessoas que sempre estiveram comigo, ou seja, meus familiares. E aproveitando o ensejo dedico esta obra a Teté (*in memória*) minha mãe de criação, que com muito amor e carinho, dedicou o seu tempo para me amar e cuidar de mim. Além de contribuir e muito para a minha educação, a você Teté serei sempre grato e lhe amarei para sempre. Dedico também aos meus genitores Nina e Maninho (*in memória*) que com muito afeto e dedicação me mostraram apesar da distância que o ensino é o bem mais valioso. Dedico também a minha avó Expedita (*in memória*), minhas tias Generosa e Fátima (*in memória*), que sempre acreditaram e torceram por mim. A todos vocês a minha eterna gratidão.

Quero também dedicar este trabalho a minha amada esposa Michelly e a minha princesa, a minha filha Ana Gabriela, que compreenderam a minha ausência em diversos momentos de suas vidas quero dizer a vocês que eu as amo muito.

Quero também dedicar este trabalho ao meu querido irmão Netinho, que apesar da distância sempre nos mantemos conectados pelo amor que sentimos um pelo outro, ao ponto de darmos um simples olhar e sabermos o que um quer dizer ao outro, também amo você.

Dedico aos meus professores em especial a minha orientadora a professora Sara Cristina que sempre me apoiou e me ajudou a construir este trabalho, sou muito grato a você minha querida amiga.

Dedico aos meus amigos de Universidade a Fátima Lopes, Rosineide, Auxiliadora, vocês são bênçãos de Deus na minha vida.

RESUMO

Esta obra tece reflexões sobre a inclusão educacional de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e a formação de docentes. Desta forma será visto que a escola tem um papel fundamental para o ensino aprendizagem de todos os discentes, fornecendo materiais didáticos adaptados, uma infraestrutura acessível, cursos aos docentes com a finalidade de aprender novas práticas de ensino e adaptação dentro do currículo escolar. O objetivo principal é analisar o percurso dos docentes da Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN, se eles possuem alguma formação específica para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais. Metodologicamente este trabalho foi realizado através de diário de campo, e questionários semiaberto com 05 professores, onde foram realizadas observações nas turmas do 1º ao 5º ano do ensino regular, nos turnos matutino e vespertino, e nas turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no turno noturno. Como resultados vistos nos questionários, identificamos a importância das políticas de inclusão dentro das escolas, como fatores fundamentais para o ensino aprendizagem dos alunos, podendo ter um ensino igualitário a partir de metodologias inclusivas tais como: materiais pedagógicos apropriados, infraestrutura adaptada. Em nossas considerações finais pode-se ver que é preciso existir um maior número de investimentos pelos governantes dentro da educação inclusiva, para que todos possam ter uma educação igualitária.

Palavra chave: Educação inclusiva. Formação de docentes. Políticas de inclusão.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

PPP – Projeto Político Pedagógico

PME– Plano Municipal de Educação

LBI– Lei Brasileira de Inclusão

LDB– Lei das Diretrizes Brasileiras

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. CAPÍTULO I: O ADVENTO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO – LBI.....	13
1.1. A educação inclusiva e os desafios da permanência escolar.....	18
1.2. A educação inclusiva no currículo docente	22
2. CAPÍTULO II: CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	25
2.1. A escolha da Escola Estadual José Rufino.....	26
2.2. Experiências docentes da Escola Estadual José Rufino com alunos com deficiência.....	28
3. CAPÍTULO III: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	39
3.1. O conceito de inclusão enquanto educador.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

Sabemos que é de direito de nós termos uma boa qualidade nos nossos estudos, assim como também é de grande importância a inserção de todos os alunos dentro das escolas. Sendo assim, a Constituição Federal nos garante que as pessoas com deficiência tenham direitos a estar inserido a este contexto educacional. A construção da escola inclusiva engloba uma variedade de vertentes em que vários aspectos precisam ser considerados (CAPELLINI e RODRIGUES, 2012. p. 13). Para que exista uma inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é preciso que exista um apoio especializado, onde os profissionais de educação tenham orientação, formação além de receber uma assistência para que este educador venha conseguir operar com eficiência suas atividades educativas.

Com a existência da formação do professor entre outras políticas de inclusão, como as salas de Atendimento Educacional Especializado - AEE, dentro de uma Escola é sinal que exista uma busca pela qualidade do ensino para os alunos com necessidades educativas especiais, para isto acontecer deve-se envolver na formação deste profissional, as capacitações para lidar em salas de aulas que tenham alunos com necessidades especiais. Quando vemos falar sobre políticas de educação inclusiva nas escolas, não podemos limitá-la apenas ao aspecto didático-pedagógico, mas enxergarmos que a inclusão escolar é também sócio-afetiva, onde os alunos possam se sentir acolhidos, percebendo que a diversidade não se constitui nos obstáculos, mas sim um estímulo para sua formação. Pensando assim vemos a interação e o acolhimento de todos os alunos na escola pesquisada.

Segundo Tardif (2002) os fundamentos do ensino são sociais porque, como vimos os saberes profissionais são plurais, provém de fontes sociais diversas (família, escola, universidade, etc.) e são adquiridas em tempos sociais diferentes: tempo da infância, da escola, da formação profissional, do ingresso na profissão da carreira”. (p. 05). Ao analisarmos esta reflexão observamos a sua importância como instrumento para a transformação da prática do professor.

É importante compreender a verificação do currículo docente, sendo responsável pelo apoio da integração entre escola, aluno, família, metodologias de ensino, reflexões para a transformação da prática docente e do ensino aprendizagem do aluno.

Com as políticas de inclusão vemos um conjunto de fatores que de maneira positiva beneficia todos os envolvidos, ou seja, os professores com suas formações e especializações,

assim como também ajuda aos alunos a estarem dentro de uma proposta que além de recebê-lo na escola, este terá interação pedagógica e socialmente com todos.

Já é tempo de perdermos a ilusão perversa de que alunos diferentes devem todos aprender em igual medida, qualitativa e quantitativamente. Não podemos forjar nossos alunos em um mesmo molde. Ao contrário, temos de encontrar a forma que melhor nos permita ensinar a cada um, levando todos aprender. (CAPELLINI e RODRIGUES, 2012. p. 37).

Em algumas situações percebemos a insegurança e ansiedade perante a possibilidade de receber alunos com necessidades especiais em sua sala de aula, assim como não sabendo como lidar com essas diferenças, desejam que todos aprendam da mesma forma, da mesma maneira.

A presente pesquisa parte do pressuposto que a inclusão escolar é uma realidade, na medida em que é prevista nas leis da educação e na Constituição. No entanto partimos da pergunta: Educar para formar ou formar para educar? Onde visamos reflexões dentro da formação dos docentes da Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN, para entendermos a metodologia, a forma de avaliação, bem como o processo de interação de todos os alunos dentro da sala, para que todos possam aprender de acordo com as suas limitações. No entanto vemos que a educação inclusiva tornou-se uma utopia em nossa sociedade, principalmente em Escolas que mantêm um modelo conservador de ensino e uma gestão autoritária e centralizadora. Essas escolas apenas acentuam a deficiência, aumentam a inibição, reforçam os sintomas existentes e agravam as dificuldades do aluno com necessidades especiais no ensino regular, impossibilitando dessa forma a inserção desses sujeitos na sociedade. [...] incluir com a finalidade educacional exige atitude e colaboração dos colegas em relação aos alunos integrados, a família, a comunidade, fatores socioeconômicos e socioculturais. (SILVA 2009.p.19).

Como justificativa para a realização dessa pesquisa, a mesma veio por intermédio do estudo da disciplina Educação Inclusiva sendo essencial para a minha atuação como docente, onde pudemos perceber os desafios que os alunos deficientes tem ao estar em sala de aula, desta maneira nos possibilitou uma aproximação teórica e prática no âmbito da formação docente e dos direitos humano.

Depois do surgimento de algumas indagações, foi possível pensar em uma proposta para a monografia, levando para a comunidade escolar o conhecimento das políticas públicas, legislação pertinentes diretrizes educacionais que asseguram o direito aos serviços de educação.

Portanto, a justificativa ainda parte do pressuposto que a educação é um direito de todos, não podendo ser negado a nenhum sujeito, tendo como pontos positivos a compreensão de todos, sendo fundamental para a inclusão social de pessoas com necessidades educacionais especiais, bem como todos compreenderem seus direitos e deveres como cidadãos.

E para que haja essa educação inclusiva educacional, Freire (2001, p. 23) aborda a necessidade da utilização de uma Pedagogia da Inclusão, na qual ocorra a:

Busca de uma educação séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora nem dos renegados nem dos favorecidos. Isso, porém, não significa uma prática neutra, mas desveladora das verdades, desocultadora, iluminadora das tramas sociais e históricas. Uma prática fundamentalmente justa e ética contra a exploração dos homens e das mulheres e em favor de sua vocação de ser mais. (FREIRE. 2001, P. 23).

Além disto, este estudo tem como vantagens e benefícios à contribuição com a luta histórica da efetivação de uma educação inclusiva voltada para que a inserção social desses sujeitos seja garantida.

O presente trabalho em o objetivo geral de analisar o percurso dos docentes da Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN, em relação à educação inclusiva, compreendendo se eles possuem formação para atuar com os alunos com necessidades educacionais especiais, bem como foi a sua trajetória desde estudante até a sala de aula como docente, bem como conhecer a realidade da Escola já citada, seu espaço físico, suas ações pedagógicas e seus funcionários; verificar a realidade dos alunos com necessidades educacionais especiais dentro desta instituição de ensino.

Metodologicamente este trabalho foi realizado através de diário de campo, e questionários semiaberto com 05 professores, onde foram realizadas observações nas turmas do 1º ao 5º ano do ensino regular, nos turnos matutino e vespertino e nas turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no turno noturno. Com o intuito de melhor compreender e

analisar as especificidades do atendimento educacional especializado aos alunos que estão inseridos no ensino regular e também a atuação do professor no processo de ensino-aprendizagem e na garantia de uma educação igualitária para todos, assim como também uso de referências bibliográficas referentes ao tema, ou seja, formação de professores e educação inclusiva.

A estrutura deste trabalho prossegue com o primeiro capítulo falando do advento da legalização da Lei Brasileira de Inclusão - LBI, sendo um documento bastante importante que podemos ver várias condições asseguradas para a promoção igualitária dos direitos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, A inclusão social e cidadã. Sendo visto em outros momentos neste mesmo capítulo, a educação inclusiva e os desafios da permanência escolar, e a educação inclusiva no currículo docente.

No segundo capítulo será visto o caminho metodológico da referida pesquisa, como a mesma fora desenvolvida; em outra ocasião, deste mesmo capítulo será observado o motivo que nos levou a escolha da Escola Estadual José Rufino par ser realizada esta obra, escola esta que foi palco para um grande marco da educação popular em todo o mundo, onde o educador Pernambucano, Paulo Freire, deu início ao seu processo de alfabetização, com a experiência das 40 horas e em seguida falar-se-á das experiências docentes da escola com alunos com deficiências

Posteriormente, no capítulo três veremos as discussões dos resultados desta pesquisa, como também o conceito de inclusão enquanto educador, e relatos sobre a formação docente quanto aluno.

1. O ADVENTO DA LEGALIZAÇÃO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO – LBI

Neste capítulo pretendemos discorrer da importância da legalização da LBI, sendo um documento de grande valia para o avanço dentro da educação inclusiva, ofertando várias condições que assegura promoções igualitárias dos direitos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência dentro da escola, atrelado a esta ocasião, mostremos a necessidade de todos os cidadãos estarem dentro do espaço escolar, tendo direito a uma educação em que seus potenciais e suas diferenças sejam respeitadas.

Sabe-se que educação são aplicações de métodos para garantir a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano. Podemos ver que é através dela que o ser humano tem a consciência de si próprio e da vida que o cerca. A priori o veículo responsável pela transmissão da educação é a família, sendo esta uma base essencial para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo na sociedade, trazendo consigo novas adaptações à sociedade, transmissões culturais, e desenvolvimentos de suas potencialidades. Podemos entender que uma boa educação possui vários fatores, ou seja, ela requer novas atribuições dimensões escolar no que incide não somente na aceitação, como também na valorização das diferenças, podendo-se resgatar os valores culturais e o respeito do aprender e construir.

Através de uma educação de qualidade podemos observar uma propagação de atos encantadores como o de ensinar e transmitir conhecimentos. São usadas metodologias que consistem no aprendizado dos alunos e submergindo no desenvolvimento de várias maneiras de compreender o uso de linguagens, a capacidade de ler e escrever textos, e operar números além de compreensão na aprendizagem inicial. Como podemos observar no início das nossas vidas como estudantes, vemos diversas práticas usadas e baseadas na junção de sílaba simples, como também na memorização de sons, na decifração e cópia essas atitudes fazem com que a criança se torne um espectador passivo ou receptor mecânico.

Para existência de uma boa educação temos que entender que ela é para todos, além de perceber a importância da legalidade da Lei Brasileira de Inclusão – LBI, (Lei no 13.146/15); desta forma poderemos entender a sua estima em prol da educação inclusiva. Vemos as seguintes informações no capítulo I da referida Lei:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Todavia temos a oportunidade de observarmos que esta lei é de grande importância para adesão das escolas, promoverem uma educação inclusiva, usando metodologias para o desenvolvimento de todos os alunos, onde sejam respeitadas as suas limitações e suas habilidades.

No entanto podemos compreender que ter uma educação de qualidade não se restringe apenas ao processo de alfabetização, onde não este artifício sintetiza apenas no alcance de habilidades mecânicas, ou seja, codificação e decodificação, a ação de ler, mas na capacidade de interpretar, criticar, compreender e produzir conhecimentos. É bem verdade que todos os alunos precisam descobrir o prazer que existe na leitura e na escrita.

O progresso da alfabetização inicial só será concretizado se os alunos tiverem acesso a todos os tipos de textos. No entanto precisa-se entender e colocar em prática este processo, induzindo os nossos alunos, a interessarem-se as leituras que produzam uma identificação com a vivência diária de cada um. Na alfabetização o desenvolvimento envolve-se também de novas formas de compreensão e uso da linguagem de uma maneira geral, elevando o exercício que consciente a cidadania e no desenvolvimento da sociedade como um todo, pois a educação é a porta de acesso para o mundo globalizado. Quando o indivíduo é alfabetizado ele consegue promover a sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos

de trocas simbólicas com outros indivíduos, ou seja, eles alcançam o acesso a bens culturais assim como a facilidades oferecidas pelas instituições sociais.

Quando pensamos no exercício educacional inclusivo, temos a oportunidade de falar da Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146/15), onde enxergamos a sua importância no cenário democrático educacional. Vemos um processo de construção coletiva, tomado por base os direitos dos sujeitos com deficiência, que contempla a todas as pessoas.

O texto da LBI tem como base a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro como emenda constitucional. Mas, muito além das medidas instituídas pela Convenção, tais como o acesso à saúde, educação, trabalho, cultura, lazer, informação, entre outros, o texto da Lei Brasileira de Inclusão baseou-se na carência de serviços públicos existentes no Brasil e nas demandas da própria população. Muito importante dizer também que sua composição partiu do pressuposto de que nenhum retrocesso sobre os direitos já conquistados poderia ser feito. O texto foi pensado para não repetir mandamentos legais já previstos em outras leis, a exceção de disposições de decretos que foram elevadas ao status de Lei. A ideia da LBI sempre foi a de avançar direitos. (BRASIL, 2015).

Percebe-se que a lei supracitada, é de fato importante para todos os cidadãos, onde vemos que um dos direitos humanos para as pessoas com deficiência é o acesso a educação, sendo ofertada na rede regular de ensino, sendo um verdadeiro avanço na educação. No entanto ao ser acordado esta e outras leis que visa o bem-estar de todos, pode ser visto um grande desenvolvimento em nossa educação, onde pessoas com deficiências pode adentrar nos espaços educacionais com qualidade

De fato, é preciso que venha existir um compromisso político da parte das nossas autoridades, e avaliem melhor as políticas públicas relacionadas à nossa educação, ou seja, é útil haver uma soma das tarefas dos governos, que venham agir diretamente na vida dos cidadãos que precisam de educação inclusiva.

Evidencia-se dentre os documentos legais que deve-se estabelecer objetivos e metas em prol das pessoas que tenham necessidades especiais, e desempenhar ações legais onde a educação inclusiva possa auxiliar o bom desempenho educacional do educando com deficiência.

É direito de todas as pessoas com deficiência alcançar um atendimento escolar especializado, permitindo a integração com os demais alunos em suas salas de aula, onde suas limitações sejam respeitadas e suas potencialidades sejam apreciadas.

Todos têm o direito de exercer a ação de cidadania estando matriculado em uma instituição educacional de boa qualidade, é importante garantir a todos o prazer em estudar e poder aprender a ler, escrever, contar além de ter a possibilidades de ser um cidadão crítico e compreender seus direitos e deveres, sabendo desta maneira que é dever o estado inserir todas as crianças na Escola. “Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL. 2015).

A educação é um elemento essencial para a formação integral de todos os seres humanos, pois instiga-os a uma perspectiva melhor para a formação social. No entanto, educação é um direito de todos sendo um ponto muito importante para a inspiração e liberdade de buscar novos objetivos e preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vemos no capítulo IV da LBI, disposições sobre os direitos à educação para as pessoas com deficiências:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao

currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - Adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - Pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - Participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - Adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

X - Adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - Formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

XII - Oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

XIII - Acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XIV - Inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

XV - Acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;

XVI - Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XVII - Oferta de profissionais de apoio escolar;

XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1o Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do caput deste artigo, sendo vedada a cobrança de

valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do caput deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I - Os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras; (Vigência)

II - Os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Vigência).

É de grande valia a LBI para que possamos compreender que é de direito de todos alcançarem uma educação igualitária. Vemos neste importante documento que é necessário assegurar dentro do sistema educacional que todos possam desenvolver os seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, no âmbito escolar.

A educação é um fenômeno que pode mudar toda e qualquer sociedade. Os seus hábitos, costumes e valores são moldados para uma vida mais clara e mais fácil de identificar, sendo transparente para o seu próprio conhecimento.

1.1 A educação inclusiva e os desafios para a permanência escolar.

Neste momento abordaremos a educação inclusiva e os desafios da permanência escolar. Veremos quais particularidades levam as pessoas com deficiência a evadirem durante o ano letivo; será apontado as principais causas que eles encontram para permanecer em sala de aula, seja do lado familiar, educacional ou social. No entanto a razão da saída precoce de alguns alunos das escolas advém da ausência da efetivação das políticas de inclusão dentro das instituições de ensino.

Sabe-se que a inclusão demanda uma reorganização dentro do sistema de ensino, visando um conjunto de ações que possibilite as escolas estarem aptas a entender às diferenças e abertas para trabalhar com todos, sem distinção de classe, gênero, raça, ou deficiências educacionais especiais.

Segundo determina a LDB 9.394/96, o capítulo V, nos mostra diversos pontos que identificam efeitos dos serviços especializados para educandos com necessidades especiais.

Art. 58, Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (LDB 9.394/96, o capítulo V).

Deste modo é preciso que todos, ou seja, família, escola, aluno, autoridades públicas e toda a sociedade, estejam engajados na luta para a permanência de todos nas escolas.

Quando se pensa em educação, temos que abranger todos os seres humanos, pensando desta maneira vemos o importante papel que a Escola tem, sendo fundamental para o ensino aprendizagem de todos, podendo assim facilitar a inclusão de todos. Nesse âmbito, é preciso contar com o contexto financeiro, cultural, e físico para que se possa atender a todos os alunos que possuem algum tipo de dificuldade de aprendizado, seja fornecendo alguns tipos de materiais didáticos e adaptados, como também oferecendo cursos ou metodologias em que os educadores tenham a oportunidade de conhecer novas práticas de ensino e que sejam adaptações no currículo escolar.

A inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais depende não só da boa prática ou excelente formação do professor. Incluir com a finalidade educacional exige atitude e colaboração dos colegas em relação aos alunos integrados, a família, a comunidade, fatores socioeconômicos e socioculturais. (SILVA. 2009.p.19).

A educação inclusiva e os desafios da permanência escolar surgem quando a sociedade, a família, a escola e a classe comum, não permitem o acesso à educação, seja a falta de materiais, sejam as metodologias de ensino, ou a infraestrutura escolar que não é adaptada, bem como a falta de formação do professor para tornar esta escola inclusiva; sabendo assim

que o ponto de partida é o cotidiano, onde estas pessoas com necessidades educativas, precisam aprender, ter acesso à cultura, ao conhecimento, e possam progredir no aspecto pessoal bem como o social.

Esses desafios surgem devido a vários problemas e as pessoas com pensamentos distintos, com ações diferentes, que não entendem que apesar de existir pessoas com deficiências, eles tem potenciais para compreender assuntos, bem como aprender a ler, escrever, interpretar e fazer outras atividades em conjunto com os demais alunos, de acordo com as suas habilidades.

Alguns alunos infelizmente não conseguem ter uma participação democrática dentro das escolas, devido à falta de metodologias apropriadas para eles, bem como receio da família, pensando que estes não irão conseguir acompanhar, ou até mesmo, sentem medo que alguma coisa de ruim possa acontecer com estes.

O professor é um personagem bastante importante para a mudança social. Ele tem um papel importante de socialização destes alunos com a sociedade, juntamente com a gestão, e coordenação pedagógica podem elaborar planos e projetos que unam estes alunos e que todos mostrem suas habilidades. Podem rever metas e estratégias no Projeto Político Pedagógico da Escola – PPP, que vise uma qualidade melhor nas propostas para os alunos com necessidades especiais. Onde possa ter um desenvolvimento integral do aluno, sendo sempre respeitados os alunos que tenham deficiência, sendo valorizadas as potencialidades de cada um destes; além de oferecer um espaço em que o aluno possa perceber e aprender como sujeito ativo na construção do conhecimento, sempre participando de atividades individualizadas como também em grupo, para que existam cooperações entre os alunos, sabe-se que é na relação com o outro que o sujeito se constitui, trabalha em parcerias e se transforma; sempre existindo parcerias equipes especializadas que acompanha o aluno, dentro e/ou fora da escola, bem como junto de suas respectivas famílias, ampliando possibilidades de inclusão.

Com um pensamento de atender estes alunos com as suas necessidades é preciso que exista um acolhimento a estes alunos de maneira específica, pensando na existência de um novo modelo educacional com a finalidade de incluir estes novos alunos com as suas respectivas necessidades específicas. “ Inclusão engloba uma educação para todos, centrada no respeito e valorização das diferenças. Uma posição que reforça a necessidade do respeito à

diferença, o conhecimento e o preparo para lidar com as potencialidades e limitações das pessoas”. (DELLANI e MORAES 2012 p. 4)

Para Mantoan (2005. p. 23), “ além de fazer adaptações físicas, a escola precisa oferecer atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Assim, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contra turno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua inclusão dentro e fora da escola. Ela nos mostra que desta maneira será visto uma grande ajuda para a permanência escolar dos alunos com deficiência, sendo um olhar voltado para a fraternidade, do carinho, do valor para as diferenças.

O olhar para o processo de desenvolvimento da educação inclusiva é bastante preciso. Há fragilidades no processo de formação profissional; de atividades pedagógicas diferenciadas que resultem iniciativas particulares dos professores; permanece ainda como uma barreira que impede muitos alunos a finalizarem o ano letivo, ou até mesmo a conclusão dos estudos; e isso que vemos é falta de compromisso coletivo da comunidade escolar com os procedimentos inclusivos destes sujeitos que são matriculados com deficiências nas Escolas e não são bem assistidos em alguns casos.

A construção de novas formas de ensino e a interação de todos os alunos, juntamente com o professor, e mediante as diversas práticas escolares, podem causar a união dos sujeitos em sala de aula. É necessário a pauta de observar a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes. Quando a Escola acolhe todas as pessoas, sem exceção, veremos pessoas interagindo e atendidas cada uma com as suas necessidades especiais.

Os alunos com necessidades educacionais especiais requerem um trabalho específico, com ferramentas e posturas diferenciadas dos demais alunos, para que possam atender e se desenvolver. Nessa perspectiva, a dificuldade apresentada pelo aluno não é o parâmetro fundamental, mas as potencialidades, as possibilidades de descobrir outras formas de conhecer. Incluir requer, portanto, uma postura crítica dos educadores e dos educandos em relação aos saberes escolares e à forma como os mesmos podem ser trabalhados. Incluir implica considerar que a escola não é uma estrutura pronta, acabada, inflexível, mas uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos alunos, em um processo que requer diálogo nos grupos de trabalho, na relação com a comunidade escolar e com os outros campos do conhecimento. (DELLANI. MORAES, 2012. p.8).

Quando as práticas pedagógicas são usadas de maneira adequada para os alunos pode-se ver o sucesso da aprendizagem destes alunos com deficiências, teremos possibilidades de conseguirmos progressos significativos destes alunos na escolaridade por meio dos métodos pedagógicos adaptados. Assim como também o número de alunos com deficiência evadidos diminui, além de vermos resultados consideráveis em grande parte dos alunos, pelo modo como o ensino é ministrado, neste caso aprendizagem é concebida e avaliada com sucesso.

A capacitação docente é um dos meios de começar a mudança na qualidade do ensino para criar contextos educacionais inclusivos, capazes de propiciar a aprendizagem de todos os alunos, respeitando ritmos, tempos, superando barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais, dentre outras. A formação de professores para a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais não deve se restringir a torná-los conscientes das potencialidades dos alunos, mas também de suas próprias condições para desenvolver o processo de ensino inclusivo. (DELLANI, Marcos Paulo, e MORAES, Deisy Nara Machado.2012. p.9.).

A Escola não pode fechar os olhos diante dos alunos com necessidades especiais, pois cada vez mais aumenta os números de alunos matriculados. Para o progresso desta realidade é preciso haver planejamentos, metodologias, escolhas de conteúdos e avaliações que venham ser propositadas a todos os alunos, bem como formações de professores sejam cada vez mais presentes em suas reuniões, as metodologias, possam promover uma aprendizagem significativa para os sujeitos com deficiências. Suas particularidades e histórias pessoais muitas vezes tornam-se desafios, pois quando as escolas não contam com recursos pedagógicos adaptados ou não sabem agir com a existência destes, muitos problemas surgem como a evasão dos alunos que são interrompidos de aprenderem e exercer os seus direitos e de veres como cidadãos, ou seja, perdem o direito de estudar.

1.2 A educação inclusiva no currículo docente

Pode-se dizer que a educação é um processo de politização dos seres humanos, sendo essencial para a vida de todos, ajudando a compreender seus direitos e deveres como cidadãos. Deste modo, iremos abordar este assunto, ou seja, educação inclusiva no currículo docente, que visa à diversidade curricular inclusiva para o exercício da prática docente inclusiva e aberta para todos. Educar agrega ações de diversidade, onde todos possam estar inclusos em um modelo educacional que esteja adaptado e flexível para receber todos que anseiam estudar, para tanto é preciso que exista um modelo de currículo docente para que este

esteja preparado junto com a escola para ensinar a todos os alunos de acordo com a sua diversidade intelectual.

É preciso que o professor tenha formações contínuas para o bom desempenho educacional em sala de aula, que possa ter partido desde a sua graduação até as suas vivências em sala de aula como professor.

Quando falamos em currículos dentro da educação inclusiva, temos que falar em adaptação, e tratar, especialmente de um novo ponto que tenha estruturas para a escola inclusiva. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, currículo pode ser visto como um guia sugerido sobre o que, quando e como ensinar, o que, como e quando avaliar, podemos ver uma ferramenta básica de escolarização organizada para orientar, dentre outros, os diversos níveis de ensino e a ação docente.

Currículo é muito mais do que um simples estudo programado para desenvolver ações educacionais em sala de aula, mais podemos dizer que este documento introduz formações particulares para a vida; servindo para preparar os estudantes a se posicionarem diante a sociedade existente. O currículo pode favorecer aos alunos com deficiência várias formas de conhecimento, podendo realizar de sonhos, desejos, como também ajudando a estimular os valores essenciais de um cidadão, como o respeito à dignidade e a oportunidade deles estarem em sala de aula como qualquer outro estudante.

A educação inclusiva no currículo do docente é um ponto positivo para a existência de uma escola inclusiva, sendo assim ela garante a qualidade de ensino a cada um de seus alunos, tendo a oportunidade de perfilar e respeitar a diversidade de cada um de seus alunos. Com a façanha de interagir todos os alunos em seu espaço educacional o docente pode responder a cada um de acordo com suas necessidades e potencialidades, e este educador poderá ser considerado inclusivo, organizado além de favorecer independência a cada um de seus alunos, independente de etnia, sexo, deficiência, ou condição social. Este docente tendo a cooperação de sua escola poderá ofertar consigo um ensino significativo, repassando com recursos apropriados um conjunto de conhecimentos sistematizados.

Não adianta, contudo, admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível que cada aluno for capaz de atingir. Ao contrário do que alguns ainda pensam, não há inclusão, quando a inserção de um aluno é condicionada à matrícula em uma escola ou classe especial. A inclusão deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma

capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais. (MANTOAN, 2005).

O currículo escolar propõe o debate para a existência da organização da escola, bem como o atendimento a todos os alunos no âmbito educacional, onde vise à diversidade e a inclusão de todos; sobretudo, de pessoas com deficiência. Na atual conjectura do nosso país, é importante discutirmos sobre este assunto, tendo em vista que é preciso a união dos governantes das organizações sociais, e o currículo, favorecendo o caminho correto para se trilhar. Podemos entender que um currículo bem aplicado, pode resultar um potente recurso para inclusão social e educacional de todos os sujeitos; desta forma, pode permitir que haja espaços de discussões, formações de professores, capacitações destes, assim como também recursos didáticos que levem a adaptações no atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste segundo capítulo, apresentaremos o caminho metodológico da pesquisa, bem como a mesma fora desenvolvida. Nossa pesquisa trata-se de um trabalho qualitativo, partimos com características e investigações de uma pesquisa de campo, colhendo dados junto aos professores da Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN, bem como pesquisas bibliográficas, como recursos para a efetuação deste trabalho.

Envolvemos levantamentos bibliográficos; além de entrevistas com pessoas que tem experiências práticas com o problema pesquisado, ou seja, os professores da Escola já dita; e os análises de exemplos que mostrarão a compreensão do assunto abordado.

As atividades desenvolvidas tiveram a priori, a base referencial do Projeto de Pesquisa produzido no período letivo da disciplina Trabalho de Conclusão I, intitulado ‘Educação Inclusiva: Formação de professores da Escola Estadual José Rufino em Angicos-RN, que visou buscar a compreensão de como os alunos com deficiências desta Escola eram atendidos em salas de aula, juntamente com os alunos que não possuíam alguma necessidade educacional especial. Existia um pensamento de como eram realizadas as avaliações dos alunos com deficiência, se os professores tinham alguma formação para atuar com estes alunos, assim como também se a Escola possuía materiais didáticos pedagógicos para ajudar no ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. Havia também m sentimento se existia políticas de atendimentos especiais para estes alunos, ou seja, se a Escolas tinha uma infraestrutura adequada, se os professores possuíam formação continuada para melhorar o desenvolvimento dos educandos, e quais eram os desafios para a permanência dos alunos com deficiência continuarem dentro das escolas.

Dessa forma, partimos para os estudos bibliográficos de autores que discorrem sobre o tema educação inclusiva e formações de professores, bem como os desafios existentes e perspectivas dos docentes sobre esta temática. Foram momentos profícuos poder inteirar-se do acervo literário em que diversos autores expunham experiências, estudos, pesquisas que demonstravam diversos textos que nos norteou acerca deste tema

Todos os indivíduos devem estar juntos e praticando tarefas igualitárias independente de ter ou não deficiência físicos e/ou mentais, todos podem estar incluídos em nossa sociedade de maneira respeitosa, os seres humanos possuem habilidades. O comportamento de cada um deve ser respeitado porém o quem tem deficiência não deve ser longe daqueles

que não possuem qualquer tipo deficiência, isto não significa que ambos não possam se comunicar, ou se relacionar, existem meios como a língua de sinais, ou seja, a libras, para uso de pessoas surdas com as não surdas, ou o braile para que o cego consiga ver e compreender textos, números ou anúncios em que ele possa exercer o hábito de leitura. E vemos que a Escola é o lugar mais apropriado para que exista esta união, onde todos os sujeitos se comunicam e conseguem realizar seus objetivos e sonhos.

2.1. A escolha da Escola Estadual José Rufino

Neste segundo momento do capítulo II, será visto o motivo que nos levou a escolha da Escola Estadual José Rufino. Discorreremos sobre o histórico da mesma, sua estrutura física, bem como ela será relacionada à educação inclusiva.

A escolha desta instituição de ensino como referencial para esta pesquisa, parte de vários motivos, um deles é que esta escola foi à primeira fonte de ensino que eu tive, ou seja, no ano de 1993 tive o prazer de adentrar em seus espaços educativos, onde tive o primeiro contato com as letras, com os números, com novas pessoas que posteriormente passou a ser a minha segunda família. Nesta escola estudei todo ensino primário, hoje chamado de Ensino Fundamental I.

Outro motivo é que esta Escola é a mais antiga da cidade, e a sua história é tida como um marco para os nativos, e apreciada por muitos que se dedicam arduamente ao ofício de educador.

Podemos ver em seu histórico que a Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN a mais de um século se dedica a educação Angicana contribuindo de forma eficaz para o progresso educacional desta comunidade. Foi criado pelo decreto de nº 258 de 11 de dezembro de 1911, no qual “É criado na vila de Angicos um Grupo Escolar denominado José Rufino, ela de início teve a sua localização no Centro da Cidade, no antigo prédio da Usina de Luz Municipal, que fora construído pelo prefeito da época Miguel Rufino Pinheiro, tendo a sua inauguração em 02 de Março de 1912, sob o nome de Escola Isolada José Rufino.

No ano de 1927, esta instituição passou a ser chamada de Grupo Escolar José Rufino, e mudando de endereço ela fora para um novo prédio, funcionando atualmente ainda no mesmo lugar, que foi construído pela administração do prefeito da época, Francisco Gonzaga

Galvão e do governador estadual José Augusto de Medeiros, a inauguração do novo prédio deu-se no dia 25 de Maio deste mesmo ano

Um grande marco acontece na educação nacional, ou seja, o Grupo Escolar José Rufino, foi o berço da primeira aplicação em grande escala das conhecidíssimas 40 horas das experiências de Paulo Freire, foi nos anos de 1962 e 1963, onde deu-se início a este tão inovador trabalho de alfabetização a adultos, onde palavras que faziam parte do universo vocabular dos alfabetizandos, eram utilizadas, tendo como objetivo principal, fazer com que o processo de conquista do significado e da construção fonética das palavras fossem mais acelerados para politizar aqueles cidadãos.

Houve um período em que o Grupo Escolar José Rufino, precisou suspender suas atividades educacionais, pois o prédio encontrava-se em um estado muito deteriorado, no entanto passou-se assim, a trabalhar como anexo no Grupo Escolar Professor Francisco Veras, no ano de 1964. No dia 1º de Abril de 1971, tornou-se ao prédio após as devidas reformas, onde conseguiu estabelecer o ensino fundamental de 1º a 4º série e o curso supletivo, com o objetivo de atender a jovens e adultos que fossem analfabetos. No ano 1977 o Grupo Escolar passou a ser Escola Estadual José Rufino, até os dias de hoje.

[...] a educação deve ser entendida como espaço múltiplo, que compreende diferentes atores, espaços e dinâmicas formativas, efetivado por meio de processos sistemáticos e assistemáticos. Tal concepção vislumbra as possibilidades e os limites interpostos a essa prática e sua relação de subordinação aos macroprocessos sociais e políticos delineados pelas formas de sociabilidade vigentes. Nessa direção, a educação é entendida como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas, contribuindo, contraditoriamente, desse modo, para a transformação e a manutenção dessas relações. (DOURADO e OLIVEIRA. 2009. p. 3).

Pensando sempre em manter parcerias com toda a sociedade, a Escola Estadual José Rufino, mais uma vez inova em seus objetivos e metas para alcançar uma qualidade melhor no ensino dos seus alunos, foi no ano de 1981, que a referida Escola, contemplou sua primeira turma de educação especial, sendo esta ministrada pela Professora Raimunda dos Santos Saraiva de Souza. Sob o olhar do afeto e dedicação ao ensino e aprendizagem dos seus alunos a escola percebeu que existiam necessidades de adaptações destes, pois alguns não possuíam o mesmo ritmo em compreender os conteúdos; no entanto buscaram meios de melhorar o ensino destes, surgindo a ideia da aludida professora, para a mesma lecionar a estes alunos, de

modo a garantir um bom nível de educação para todos, onde era usada estratégias pedagógicas adequados, utilização de recursos apropriados, e cooperação com todos o envolvidos, ou seja, Escola, família e sociedade.

Hoje a Escola Estadual José Rufino, em sua estrutura física possui 05 salas de aula; 01 secretaria 01 sala de direção; 01 cozinha; 01 despensa; 01 almoxarifado; pátio coberto; pátio descoberto; banheiros adaptados a deficientes físicos, ou mobilidade reduzida; dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Esta escola é composta por profissionais que traçam metas e almejam sonhos e trabalham para a realização de seus objetivos visando o completo bem estar de seus alunos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - DEB, têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino aprendizado nacional, desta forma ele pode estabelecer metas para que existam melhoria no ensino. Vemos dados que nos revelam o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o IDEB da Escola Estadual José Rufino no ano de 2015, elevou sua meta dos anos anteriores, tendo o IDEB de 5.2 ver aqui <http://ideb.inep.gov.br/resultado>

2.2. Experiências docentes da Escola Estadual José Rufino com alunos com deficiência

Neste t'pico abordaremos sobre a importância da formação de professores e posteriormente os resultados dos questionários realizado com os cinco professores da Escola pesquisada.

A formação de professores no Brasil dentro da educação inclusiva e demais agentes educacionais ligados à educação, muitas vezes segue ainda um modelo tradicional, e/ou inadequado para suprir as reivindicações em benefício da educação inclusiva. Vale salientar que, dentre os cursos de que tenham habilitações em Educação Especial, são poucos os que ofertam conteúdos ou disciplinas relacionados à educação de pessoas com necessidades especiais.

De maneira geral vemos as licenciaturas passarem por algumas situações difíceis em relação à formação dos docentes, ou seja, não existem preparações para formar professores

que saibam lidar com a desigualdade posta pela inclusão. E isto é um caso muito preocupante, pois existem alunos que bem ou mal estão inclusos cada vez mais dentro das salas de aula buscando aprender métodos para lecionar, embora, evidentemente, estão em um ritmo bem abaixo do desejado, ou seja, trata-se de uma inclusão precarizada.

Quando existe a ausência dos conhecimentos do professor sobre as características das deficiências, além do não reconhecimento das potencialidades dos estudantes e da falta de flexibilização do currículo, pode-se considerar fatores que determinam barreiras nas atitudes e nas práticas pedagógicas, podendo distanciar as necessidades reais dos educandos em relação à inclusão.

Apesar da importância, os recursos tecnológicos que facilitam e enriquecem a aprendizagem, não podem substituir a relevância do conhecimento media do interativamente pelo professor. É o professor que planeja e escolhe os conteúdos a serem desenvolvidos, que toma decisões pertinentes, tendo como parâmetro especificidade sobre como cada aluno aprende. (FOSSI Giovana de Cássia Gonçalves. 2010.p. 39).

Muitos professores e demais profissionais da educação, como gestores escolares, coordenadores pedagógicos e administrativos, resistem em aceitar o processo de construção de uma escola inclusiva, isto acontece porque muitas vezes não há formações apropriadas para que estes profissionais venham a enfrentar o referido desafio, bem como a falta de formação, recursos materiais e recursos humanos.

Para enxergarmos o progresso dos alunos com necessidades especiais nas escolas vemos que é preciso providenciar adequação de práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes, tendo a possibilidade de conseguir avanços significativos desses alunos. Quando a escola juntamente com a família, o estado e toda a sociedade, compreenderem que as dificuldades dos alunos com necessidades educacionais não é apenas deles, mas em grande parte o modo de como este ensino é ministrado, veremos este ensino ser mais capacitado, será produzido principalmente com mais aptidão para aprender, já que o ensino será igualitário e inclusivo.

Com um diário de campo, pude observar as práticas pedagógicas, e todo contexto educacional dentro da Escola Estadual José Rufino, na cidade de Angicos, vemos a luta de todos em prol de uma educação em que todos sejam respeitados e incluídos, onde a

individualidade de cada sujeito é acatada e todos podem crescer e desenvolver seus potenciais, além de aprender assuntos, temas de igual modo com todos os demais alunos.

O movimento em favor da inclusão tem como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Significa que, todos os alunos têm o direito de frequentar escola regular onde toda diversidade deve ser valorizada, e a construção de aprendizagem deve ser oferecida a todos, no mesmo espaço escolar com oportunidades iguais. (FUMEGALLI. 2012).

A Escola Estadual Jose Rufino busca integrar todos os seus alunos com a finalidade de que todos possam ter uma educação eficiente, desta maneira é acertado a colaboração da família e de todos os professores, onde se procura alcançar um papel fundamental para a aprendizagem de todos e desta maneira facilite a inclusão. Para isso acontecer vemos de acordo com as respostas dos professores que responderam os questionários para o desenvolvimento desta pesquisa que a escola busca através de reuniões pedagógicas, formações contínuas para o bem estar de todos os alunos, assim como também fornece materiais didáticos adaptados, estudos que ofertam novos saberes e novas práticas de ensino, além de adaptação no Projeto Político Pedagógico - PPP.

A formação dos professores dá condições necessárias para que as práticas integradoras sejam positivas, pois o professor ao se sentir pouco competente pode vir a desenvolver além de expectativas negativas, menor interação e atenção dos alunos. Além deste conjunto de fatores a escola deve dar condições de trabalho ao professor como: retribuição econômica, valorização social e a seu perfil profissional, por exemplo.(FUMEGALLI. 20112).

Aos analisarmos percebemos as quebras de barreiras, sendo a escola que mais recebe alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental I e na EJA. É um momento em que os profissionais desta instituição vencem diariamente os desafios provocados por essa inovação; eles buscam ações para efetivar as suas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores, sua infraestrutura adequada, além de perspectivas que permitem todos terem acesso a um ensino de qualidade e inclusivo.

Ao observarmos as experiências dos docentes da Escola Estadual José Rufino com alunos com deficiência, vimos seus conceitos mediante as respostas que os mesmos responderam através do questionário que foi realizado.

O referido questionário foi realizado em três partes, a primeira era acerca dos dados pessoais e de sua formação, o segundo sobre as características em relação a formação docente e o terceiro sobre o conceito de educação inclusiva, práticas pedagógicas e materiais pedagógicos

Veremos logo abaixo no quadro 1.

Quadro 1 – Dados pessoais e profissionais dos professores da E.E.J.R.

Dados coletados	Percentual	
Idade	P1: 27 anos P2: 29 anos P3: 36 anos P4: 34 anos P5: 43 anos	
Sexo	Masculino	Feminino
	01	04
Quanto tempo em sala de Aula	Anos	
Professor 01	05 anos	
Professor 02	03 anos	
Professor 03	15 anos	
Professor 04	02 anos	
Professor 05	21 anos	
Áreas de graduação	Pedagogia	

No segundo momento do questionário os docentes responderam acerca da formação, do planejamento, as estratégias no atendimento para os alunos com deficiência, a importância do PPP na educação inclusiva, e as parcerias para aprimoramento da educação inclusiva e em seguida sobre a Escola Estadual José Rufino e os seus professores estão preparados para atuar com alunos deficientes.

Veremos esses dados logo abaixo no quadro 2.

Quadro 2 – Características em relação à formação docente

Temáticas Investigadas
FORMAÇÃO DE PROFESSOR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
P1: <i>“permite ao aluno ser acolhido, respeitado e compreendido”</i> . Isso nos faz perceber que é de grande valia a valorização ao professor.
P2: <i>“voltada para a cidadania global plena e livre de preconceito, valoriza as diferenças.”</i> Para agir na diversidade dentro da inclusão educacional, é preciso que se tenham professores preparados para boas atuações, onde possa compreender as diferenças e valorizar os potenciais de cada estudante de maneira que o ensino possa favorecer a aprendizagem de todos.
P3: <i>“garante o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula”</i> . No entanto a falta de formação pode gerar um fator muito ruim na educação do aluno com deficiência, ou seja, este estar apenas matriculado e freqüentando a classe de maneira comum e regular, mas isto não significa que ele esteja envolvido no processo de aprendizagem e desenvolvimento daquele grupo,

P4: <i>“garante o bem estar e a qualidade educacional a todos e todas.</i>
P5: <i>diz que isso “é saber atrelar conhecimentos iguais a pessoas diferentes”.</i>
PLANEJAMENTOS PEDAGÓGICOS
P1: <i>“O planejamento é importante para aprender e se capacitar para atender a todos os alunos”, é de comparação positiva.</i>
P2: <i>“Planejar é essencial para aprimorar conhecimentos e estudar mais sobre educação inclusiva.</i>
P 3: <i>“ Planejar é a junção de conhecimentos e estudos”.</i>
P 4: <i>“ Planejar é a junção de conhecimentos e estudos”.</i>
P 5: <i>“Planejar é: necessidade, estudo e conhecimentos novos e coletivos”.</i>
ESTRATÉGIAS NO ATENDIMENTO COM ALUNOS DEFICIENTES
P1: <i>“Rodas de conversas com inserção de todos os alunos, são excelentes estratégias para se trabalhar”.</i>
P2: <i>“Diálogos com a família e estudos nos planejamentos”.</i>
P3: <i>“Promoções de atividades que todos sejam inseridos”.</i>
P4: <i>“Momento de dificuldade, porém requer atenção e cuidados para englobar a todos os alunos”.</i>

P5: <i>“Momentos de leituras, filmes, debates, além incentivos para as partições em atividades culturais e sociais”.</i>
PPP – NA EDUCAÇÃO
P1 <i>“ importante documento para gerir ações de uma educação igualitária”.</i>
P 2: <i>“Ações que nos direcionam para uma boa educação.</i>
P 3: <i>“Ações que nos direcionam para uma boa educação.</i>
P 4: <i>“Campo de estratégias para a regularização de uma escola igualitária e inclusiva, e possui ações que rege a escola”.</i>
P 5: <i>“Encontra-se serviços que melhoram no procedimento educacional”.</i>
PARCEIRAS COM OUTROS ÓRGÃOS PARA FORTALECIMENTOS DE APRENDIZAGEM
P 1: <i>“8º Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC”.</i>
P 2: <i>“8º Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC”.</i>
P 3: <i>“8º Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC”.</i>
P 4: <i>“8º Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC”.</i>
P 5: <i>“8º Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC”.</i>

**A ESCOLA ESTADUAL JOSÉ RUFINO E SEU APRESTO NA
EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

P1 *“Em partes a escola está preparada, por ter espaço físico adequado, porém precisa outros acessos”.*

P2: *“ Boa parte da escola é boa para o atendimento a alunos com deficiências”.*

P 3: *“Vemos pontos positivos enquanto a estrutura da escola, estando apta para receber alunos com deficiências, e também relacionados aos materiais didáticos.”.*

P4: *“Boa parte se encontra regular para o recebimento dos alunos com alguma necessidade educacional especial.”*

P5 *“A escola estar sempre buscando está adequada para receber alunos com deficiências”.*

**OS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL JOSÉ RUFINO E SEU
APRESTO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

P1: *“Em partes estamos preparados devido a algumas formações, porém essas capacitações necessitam ser mais contínuas”;*

P2: *“Estamos em direção certa, devido estarmos estudando em busca de melhorarmos nossos conhecimentos e atendermos melhor os alunos com alguma*

deficiência”.

P 3: *“Sim. Pois estamos sempre em busca de melhorar nossas estratégias para o ensino aos discentes com algumas necessidades educacionais especiais”; “buscamos continuamente nos renovar para o bom atendimento”; “podemos dizer que estamos preparados, porém sabemos que devemos estudar para melhorar nossos conhecimentos sempre é importante”.*

P 4: *“Sim. Pois estamos sempre em busca de melhorar nossas estratégias para o ensino aos discentes com algumas necessidades educacionais especiais”; “buscamos continuamente nos renovar para o bom atendimento”; “podemos dizer que estamos preparados, porém sabemos que devemos estudar para melhorar nossos conhecimentos sempre é importante”.*

P 5: *“Sim. Pois estamos sempre em busca de melhorar nossas estratégias para o ensino aos discentes com algumas necessidades educacionais especiais”; “buscamos continuamente nos renovar para o bom atendimento”; “podemos dizer que estamos preparados, porém sabemos que devemos estudar para melhorar nossos conhecimentos sempre é importante”.*

Neste sentido, vendo a concepção dos docentes entrevistados da escola já citada, podemos ver que é importante existir formação de professor na área de educação inclusiva para que todos estejam preparados para atuar com alunos com deficiência em suas salas de aula.

Vemos o ponto de vista dos docentes segundo planejamentos pedagógicos, desta maneira percebemos que é uma ferramenta bastante eficiente para o desenvolvimento enquanto educador.

Ao falarmos sobre as estratégias no atendimento com alunos deficientes, pudemos compreender que para se trabalhar com atividades voltadas para o bem estar social, vemos a precisão de ter estratégias em sala de aula para o atendimento igualitário a todos os alunos.

Com essas estratégias os professores percebem que eles podem trabalhar bem melhor e mais próximos de todos os alunos, usando sempre o diálogo, onde alguns conseguem se expressar e mostram seu desempenho.

Sobre o PPP – na Educação, cada docente expôs seus sentimentos acerca deste tão importante documento educacional e social. No entanto pode ser visto que o PPP da Escola já dita estar em reformulação, mas sempre propõe meios que ajudem ao docente que atuem na educação inclusiva.

Em sequência buscamos a concepção acerca da importância das parcerias com outros órgãos para fortalecimentos na aprendizagem dos alunos E de acordo com os docentes, eles percebem que todas as parcerias que visem o bem estar dos alunos e dos professores são viáveis. No entanto todos os 5 docentes respondentes nos afirmaram que as parcerias existentes com a Escola Estadual José Rufino parte da 8º Diretoria Regional de Educação e Cultura - DIREC, através de oficinas, leituras de textos e rodas de conversas que os ajudam a entender melhor e a capacitá-los cada vez mais sobre a educação inclusiva.

Um grande e importante fator da pesquisa era entender se a Escola Estadual José Rufino e os seus docentes estariam preparados para o atendimento na educação Inclusiva. E como tivemos a oportunidade de vermos os respondentes nos afirmaram que sim, tanto a escola como os docentes estavam preparados, apesar de estar sempre em busca de melhorias para o bom atendimento aos alunos com deficiência.

Para existir uma educação inclusiva é preciso além de promulgação de leis, todos estejam inseridos no espaço educacional, onde bem sabemos que ensinar envolve um conjunto de fatores que une conhecimentos que serão socializados, assim como também a averiguação dentro do processo de ensino/aprendizagem dos alunos, como também uma junção das competência técnico-pedagógica, dentro dos planejamento, mostrando as intencionalidades para atender às especificidades educacionais de todos os discentes. Sabe-se que incluir pessoas com necessidades especiais educacionais nas escolas, parte do pressuposto de uma reforma dentro do sistema educacional, implicando na flexibilização ou readequação dos

currículos, onde exista modificação para as formas de ensino, as avaliações bem com as metodologias, tudo isso de maneira que possa implicar no desenvolvimento dos docentes em sala de aula com alunos que tenham deficiências além de facilitar a movimentação e o ingresso e de todas as pessoas para a escola.

Na terceira etapa do questionário fala sobre o que os docentes acham dos conceitos de educação inclusiva e alunos com necessidades educacionais especiais.

Veremos abaixo no quadro 3, os conceitos pesquisados.

Quadro – 2 Conceito de educação inclusiva, práticas pedagógicas e materiais pedagógicos

Conceitos Pesquisados
Educação Inclusiva
Práticas pedagógicas em sala de aula
Materiais pedagógicos

Ao serem questionados sobre educação inclusiva os 5 docentes questionados conceituaram sobre o tema abordado. No entanto o **P1** conceitua educação inclusiva como “*o ensino que esteja voltado à permanência de todos*”; o **P2** afirma que “*onde vemos todos exercerem o direito de cidadania, estudando de igual modo*”, isso pode ser chamado de educação igualitária ou inclusiva; posteriormente o **P3**, diz que “*estar voltado ao respeito e a acolhida de todos os alunos*” é também educação para todos, e o conceito de educação inclusiva. “*É uma educação que visa um atendimento igualitário*”, assim nos afirma o **P4**, sobre o que ele conceituou de educação inclusiva. E por fim também conceituando acerca deste tema o **P5** nos diz que “*aquela que envolve escola, família, e toda sociedade*” pode ser chamada de educação inclusiva.

Prosseguindo a presente pesquisa, os mesmos docentes mostraram o que eles entendem acerca do que são as práticas pedagógicas. No entanto eles demonstraram que são ferramentas importantes para ajudar na aula e no desenvolvimento dos alunos.

Práticas pedagógicas segundo o **P1** “*São as ações que usamos para ensinar, desde como preparar uma aula, com quais técnicas e metodologia iremos desenvolver.*” “*São aquelas práticas que afiguram-se como suporte de experimentação do ensino. E bastante importante para a educação inclusiva.*”, assim nos afirma o **P2**. Em seguida o **P3** fala opinando sobre este tema, ele diz que as práticas que “*decorre o ensino com vista a elevar o grau de qualidade da aprendizagem do aluno, onde pode ser um acompanhamento para o desenvolvimento de todos os alunos, inclusive dos que tem alguma deficiência*”, são pedagógicas. O **P4** traz seu ponto de vista acerca destas práticas afirmando que “*são ações que nos ajuda a melhorar o ensino, com inovações e ética que podem nortear o trabalho do docente, onde pode manter a turma interessada nos temas abordados*”. E por fim o **P5** diz que práticas pedagógicas “*são fatores fundamentais no processo ensino – aprendizagem do aluno*”.

A ultima etapa do questionário feito com os docentes foi indagado acerca do que são materiais pedagógicos, e todos também conceituaram sobre este assunto.

O **P1** diz que “*materiais que são úteis para o desenvolvimento do aluno, além de incluir todos eles, são pedagógicos*”. O **P2** afirma que “*são recursos inclusivos, que usa-se para socialização e aprimoramento dos alunos*”. No entanto vimos que “*todos os meios de formação para os estudantes, são materiais pedagógicos*”, isso nos afirma o **P3**. Dando continuidade o **P4** nos informa que “*materiais que contribuem para o desenvolvimento intelectual do aluno de forma sadia e divertida pode se chamar de materiais pedagógicos*”. Ao concluir o **P5**, traz seu conceito sobre o tema já citado, e afirma que materiais pedagógicos são “*recursos que podem ajudar o atendimento do aluno, principalmente aqueles que tenham alguma deficiência*”.

Mediante aos conceitos ditos pelos professores entrevistados e as suas afirmações acerca das temáticas investigadas, pode-se perceber que a escola em que esta pesquisa estar sendo desenvolvida, busca incessantemente por uma educação igualitária, onde todos os alunos possam receber o atendimento educacional de acordo com as suas necessidades. E os docentes desta mesma instituição compreendem que cada vez mais precisam se especializar

para atuar em suas salas de aula com eficácia no atendimento a todos os alunos que almejam adentrar nos espaços de educação em nossa sociedade.

3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo anterior pudemos observar três momentos que traz algumas reflexões sobre a importância dos saberes e práticas da inclusão e o processo de ensino-aprendizagem que são exigidos para tornar a sala de aula mais equitativa.

No tópico 2.2 do capítulo anterior, que fala sobre as experiências dos docentes da Escola Estadual José Rufino com alunos deficientes, pudemos ver as vivências, ou seja, as estratégias no atendimento aos alunos deficientes, bem como a busca de formações para tornar sua aula mais eficaz; além de conceituarem sobre educação inclusiva, práticas pedagógicas em sala de aula e materiais pedagógicos, onde os 05 professores responderam prontamente. No entanto, podemos discutir e analisar os resultados das respostas cedidas pelos mesmos acerca dos temas propostos.

De acordo com os entrevistados, obtivemos uma média de 33,8 de idade, entre 27 anos a 43 anos de idade, onde 04 desses professores são mulheres, apenas 01 é homem, tendo de 02 a 21 anos de experiências em sala de aula, e todos possuem formação acadêmica em Pedagogia desta maneira vemos as características dos docentes entrevistados e as suas experiências em sala de aula.

Sobre as concepções acerca da importância da formação de professores na área de educação inclusiva observamos a compreensão dos docentes da escola pesquisada, que formação de professores dentro da educação inclusiva é de grande valia para que todos os alunos estejam inseridos nas escolas, sendo respeitados pelas suas diferenças, e potencialidades, bem como, estejam com um ensino igualitário e de qualidade.

De acordo SILVA, 2009, p. 51 apud SOUZA e SILVA, 2005 “formação de professores é crucial a afirmação de que, a cada dia, se faz mais urgente a qualificação profissional para se trabalhar na perspectiva da inclusão social. Esta é uma nova tendência que vem ganhando espaço em diferentes países num processo permanente de debates das questões práticas e teóricas para que os professores sejam capazes de responder às tarefas que decorrem do processo de inclusão”.

Em seguida ao analisarmos os dados sobre planejamentos pedagógicos vemos que esta ação na referida escola, é visto como uma forma de aprendizagem coletiva, capacitação, e

estudos em busca de novos conhecimentos, onde tratando-se da educação inclusiva, é um momento de diálogos para juntos verem ações, sociais, culturais e educacionais, onde todos possam participar.

{...} nosso planejamento pedagógico, quando escolhemos as atividades que desenvolveremos com nossas turmas e avaliamos o desempenho de nossos alunos e o nosso, como professores. Uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente, nas salas de aula, no dia-a-dia, nas nossas rotinas de trabalho. Somos, certamente, bem pouco sinceros com nós mesmos, com a comunidade escolar, com os pais e com os nossos alunos, principalmente! Por isso, podemos ter propostas educacionais avançadas, sem precisar “suar a camisa” para colocá-las em ação. (MANTOAN. 2005).

Continuamos a observar os questionários dos professores, e vimos um fator bastante eficaz para a educação inclusiva, ou seja, a importância das estratégias para os alunos deficientes; ao analisarmos os referidos dados vimos que quando pensamos em educação inclusiva, temos que buscar estratégias para existir um bom atendimento educacional. Para tanto os professores demonstraram que as suas estratégias são mediante as atividades que promovem a participação de todos, como: rodas de conversas, leituras, filmes, além de atividades culturais, sejam folclóricas, e juninas entre outras.

Em seguida podemos ver os resultados da pesquisa sobre o Projeto Político Pedagógico - PPP, onde os professores afirmam o PPP da escola já dita, está em reformulação, mas é visto pelos professores que ele é um documento muito importante para o bom desenvolvimento educacional, contendo estratégias para uma educação igualitária, que inclui a todos e traz metodologias que podem auxiliar ao todos os funcionários da escola em sua jornada educacional, seja profissional ou estudantil.

Outro ponto bastante importante para o bom andamento escolar na área da educação inclusiva é firmar parcerias com outros órgãos, onde possam juntos agregar valores e adquirir novos saberes. No entanto todos professores afirmam que é importante ter vínculos que os ajudem em seus aprendizados. Diante disso vemos que a 8ª Diretoria Regional de Educação e Cultura, é a principal parceira para ajudar e orientar os docentes da escola a melhorarem suas metodologias de ensino com alunos deficientes, realizando atividades de formação contínua, leituras, além de apresentação de vídeos que ajudem a melhorar sua atuação em sala de aula como docente, essas atividades promovidas pela 8ª DIREC são feitas na sede em Angicos, com freqüências bimestrais.

Com relação à preparação da Escola para receber alunos com deficiências, sejam em caso da infraestrutura, ou aspectos pedagógicos, podemos perceber que os professores afirmam que a escola estar preparada para receber os alunos que tenham alguma necessidade educacional especial, segundo os análises dos dados pesquisados, de acordo com as entrevistas que a mesma estar sempre se moldando para estar apta e receber os alunos com deficiência, seja através de sua estrutura, ou quanto aos materiais didáticos para beneficiar no progresso educacional de todos os alunos.

E na última pergunta vista nesta segunda tabela, onde fala se os professores estão preparados para atuar como professor da educação inclusiva vemos que existe um sentimento de afirmação, pois buscam se especializar continuamente para trabalhar com este público, e isto advém das formações e capacitações sejam através dos planejamentos na escola, ou nas oficinas feitas na 8º Dired em Angicos, onde visam o aprimoramento de estratégias para tornar suas salas de aula inclusiva.

Então, a Educação Inclusiva, diferentemente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva, uma escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos. Considerando que, cada aluno numa escola, apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio da escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino e aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter segregacionista, de modo que sejam incluídos neste processo todos que dele, por direito, são sujeitos. (FRIAS e MENEZES. 2008.).

A priori foi questionado o que é educação inclusiva a todos os 05 professores, e ao averiguarmos os dados coletados vemos que educação inclusiva, é uma educação voltada à participação de todos, onde estes estejam inseridos em um atendimento igualitário, respeitoso, e sintam-se acolhidos, além de existir a participação da família, escola e toda sociedade.

Em sequência podemos ver o conceito de práticas pedagógicas e sua importância na sala de aula, segundo os referidos docentes.

As práticas pedagógicas são essenciais para tornar um ensino de qualidade e que seja incluso todos os alunos. São vistas ações de estratégias que melhorem o ensino, com metodologias apropriadas. Elas são um suporte bastante preciso para elevar o conhecimento

dos alunos em sala de aula, a participação de todos, onde tenham atividades de acordo com as limitações e habilidades de cada um. As práticas pedagógicas são excepcional no processo ensino – aprendizagem do aluno.

Na última parte do questionário da tabela 3, os docentes expuseram o conceito de materiais pedagógicos e sua importância dentro da educação inclusiva. No entanto vemos ao analisarmos que materiais pedagógicos são recursos onde os professores podem usar para aprimorar os conhecimentos do aluno, onde podem contribuir para o desenvolvimento do ensino aprendizagem de todos os alunos de forma criativa e divertida.

Segundo CAPORRINO, 2010. p.4 apud POLICARPO, 2008, p.8. [...] é diversificando as atividades, trabalhando conteúdos e utilizando recursos alternativos que se consegue a participação ativa do aluno no processo ensino-aprendizagem e consequentemente o seu crescimento pessoal, de forma que, possa aplicar e utilizar os conhecimentos adquiridos na prática social.

Desta forma vemos que é importante a presença de materiais didáticos diversificados para que existam meios eficazes no ensino aprendizagem de todos os alunos, onde sejam respeitadas as suas limitações e suas potencialidades sejam exploradas.

3.1 O conceito de educação inclusiva enquanto educador

Como autor desse trabalho, exponho a definição de Educação Inclusiva como sendo aquela que está voltada para um ensino igualitário, além de enxergar a necessidade de todos estarem dentro de um espaço de educação formal. Educação inclusiva é aquela que consegue superar os desafios existentes, onde inibi a entrada de indivíduos nas escolas. Educação inclusiva é aquela que possibilita a ascensão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais dentro da escola, mediante a perspectiva de inclusão de todos.

É ainda aquela que permite, aceita e acolhe alunos que tenham alguma deficiência nas escolas, é aquela em que todos os alunos podem interagir socialmente, culturalmente e educacionalmente com todos. É aquele que todos os profissionais da educação estão capacitados para receber os alunos no espaço escolar. Assim como também educação inclusiva é aquela que precisa ser alcançada pelas políticas de atendimentos, como os materiais didáticos, infraestrutura, além de formações continuadas aos docentes.

Dentro da educação inclusiva é necessário que se trabalhe através da interdisciplinaridade, percebendo que o seu objetivo, ou seja, obter uma interação interdisciplinar onde todos possam atingir um objetivo comum. A interdisciplinaridade é um termo usado sempre que as escolas irão criar ou desenvolver um projeto que esteja em conjunto com várias disciplinas sendo levado em consideração um tema transversal que deve-se trabalhar por todos no ambiente escolar.

Na educação de alunos com deficiência intelectual, a interdisciplinaridade é fundamental para se garantir uma aprendizagem significativa e o seu desenvolvimento integral. É importante discutir o trabalho interdisciplinar com todos os profissionais que atuam na escola para superar o processo de fragmentação, que caracteriza a organização escolar especial e a comum. A interdisciplinaridade precisa fazer parte do processo educacional, ser aceita e tomada como um compromisso. (PREZIBÉLLA. p.3)

No entanto podemos perceber que a escola é um dos espaços de ação capaz de transformar os seres humanos, sendo assim, a escola deve obrigatoriamente garantir o direito de vagas para alunos com necessidades educacionais. Desta maneira a educação inclusiva, provoca através das práticas de políticas públicas, um alcance maior dentro do processo de aprendizagem do aluno, que não fica restrito apenas aos professores. Mas quando se tem uma escola inclusiva existe uma valorização para todos os estudantes, gestores, coordenadores e demais profissionais da educação, onde todos possam compreender a ideia de que todos tenham direito as políticas sociais e educacionais, garantindo assim a melhoria na qualidade de vida da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário perceber que em nosso país existem leis que são bases de sustentação legal que pode muito bem cooperar para as mudanças educacionais acontecerem no âmbito da educação inclusiva. É dever de todos estar estudando e tendo uma educação de qualidade, além de progredir como cidadão. É preciso que o poder público, em todos os âmbitos ouse em investimentos e faça as mudanças que estão previstas nas leis tornarem físicas dentro das escolas, com aquisição de materiais, reformas nos currículos educacionais, formações contínuas para os professores, especializações em serviço que sejam necessários para acontecer o desenvolvimento estudantil de todos os alunos, principalmente com alunos com necessidades educacionais especiais.

No entanto é visto que dentro das Universidades existam mais preparos quanto à formação dos futuros docentes na área de educação inclusiva. Que seja incorporada mais discussões que introduza mais disciplinas úteis na formação do futuro docente, onde possa conseguir atender uma complexidade relativa ao tema.

A formação docente dentro da educação inclusiva ainda percorre um caminho de grandes desafios para alcançar uma qualidade em sua prática nas salas de aula. Educação inclusiva não é apenas inserir alunos com deficiência dentro das escolas, mas sim estar adaptados a estes discentes, dando suportes a eles através de ações dentro do PPP, dos currículos educacionais que possam promover novos saberes e novas conquistas mediante as práticas de ensino. E com esta medida, pode-se existir novas metodologias que aprimorem a aprendizagem dos alunos que tenham necessidades educacionais especiais, bem como materiais pedagógicos que ajudem nas aulas, reformas na infraestrutura tornando o prédio escolar mais acessível à entrada e a mobilidade de todos os alunos.

Sabemos que ainda é visto um grande número de alunos excluídos em nossa sociedade, muitos não tem acesso para adentrar em espaços estudantis devido à falta de conhecimento de seus familiares que não sabem que eles também têm o direito de estudar, outros, as famílias omitem este direito, em outros casos, as próprias escolas temem a entrada destes seres em seus espaços educacionais, devido à falta de conhecimento para atuar com eles, ou até mesmo pela falta de acessibilidade em sua infraestrutura.

Como resultados da presente pesquisa, podemos ver que a Escola Estadual José Rufino em Angicos/RN, entende que a educação inclusiva é essencial para o desenvolvimento de toda sociedade. Mediante a pesquisa feita, onde fora desenvolvida através de diário de campo e questionários semi-aberto com 05 professores, ela busca cada vez mais estar apta a acolher todos os alunos que almejam estudar naquela instituição de ensino. Sua infra-estrutura está voltada a um espaço constituído e adequado para garantir uma locomoção a todos, é visto que a acessibilidade pode garantir a toda equipe escolar, ou seja, alunos e professores e demais profissionais da educação, uma circulação pelos ambientes da escola com conforto, segurança e facilidade. Dentro do contexto educacional a equipe pedagógica e administrativa desta escola estar sempre empenhada para ofertar aos docentes, formações, estudos, projetos e planejamentos para que eles venham se capacitar cada vez mais e atuar de forma eficaz e coesa dentro de suas salas de aula.

A perspectiva da escola pesquisada é de que todos possam vencer os desafios do dia a dia, além de conseguirem o acesso à escolarização.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, H. Sangoi, RECH, A. Jaqueline Devalle e ÁVILA, C. Cardona. **Educação inclusiva e formação de professores: Desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. 2016. p.180. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/viewFile/8162/4762> Acesso em: 28 de Janeiro de 2017.

BRASIL. Lei Nº 1.024/2015. Disponível em: http://angicos.rn.gov.br/index.php/component/k2/item/download/21_f7e3a655c713c892de0c89192e360a87 acesso em: 24 de Janeiro de 2017

BRASIL. Lei 9.394/96. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/03fe25bf-f2c9-459a-bee2-f00c1b0b2a0e.pdf> Acessado em 24 de janeiro de 2017

BRASIL. Lei 9.394/96. 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf Acesso em: 24 de Janeiro de 2017

BRASIL. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf Acesso em: 24 de Janeiro de 2017.

BRASIL. LEI Nº 13.146/15. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acessado em: 24 de Janeiro de 2017

BREVILHERI, Iraci de Oliveira Carvalho e STEINLE, Marлизete Cristina Bonafini. **Uma didática inclusiva: alternativas diversificadas de apoio a aprendizagem do aluno da Sala de Recursos**. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2347-8.pdf> Acessado em: 06 de Dezembro de 2017.

CAPELLINII, V.L.M.F; RODRIGUES, O.M.P,R. **Cultura Inclusivas**. Bauru: UNESP/FC, 2012. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/VOLUME3.pdf> acesso em: 11 de Março de 2017

CAPORRINO, 2010, p. 4 apud POLICARPO, 2008, p.8. Materiais didático-pedagógicos como recurso de aprendizagem para alunos com necessidades educativas especiais: caminhos e possibilidades. Disponível em:

http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_uenp_ped_pdp_claudia_goncalves_caporrino_martins.pdf Acessado em: 05 de Janeiro de 2018

DELLANI, Marcos Paulo, e MORAES, Deisy Nara Machado. 2012 p. 4 **Inclusão: Caminhos, Encontros e Descobertas**. Disponível em:

http://www.ideal.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/50_1.pdf Acesso em: 28 de Janeiro de 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes , OLIVEIRA, João Ferreira. **A qualidade da educação: Perspectivas e desafios**. 2009. p.03. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf> .Acessado em: 12 de Março de 2017.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton e MENEZES, Maria Christine Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao professor do ensino regular**. 2008. Disponível em:

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf> Acessado em: 05 de Janeiro de 2018.

FOSSI Giovana de Cássia Gonçalves. **Necessidades educativas especiais e a inclusão escolar**. 2010.p. 39. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Giovana-de-Cassia-Goncalves-Fossi.pdf>

Acesso em: 28 de Janeiro de 2017.

FUMEGALLI, Rita de Cassia de Avila. **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** 2012. p.19. Disponível em:

<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/716/ritamonografia.pdf?sequence=1> Acessado em: 03 de Dezembro de 2017.

GOIS, A. S; SOUSA, F. A.; FILHO, L G. S. **Direitos Humanos e Inclusão Escolar: Uma Leitura Crítica acerca da Pessoa com Necessidade Educacional Especial**. **Revista INCLUDERE / CAADIS**. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/5980> acesso em: 28 de Janeiro de 2017.

GONÇALVES, Renata. **A História das Creches**. 2007.p. 02

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças**. In_____.Nova Escola, maio, 2005. Disponível em:
[file:///C:/Users/josiele_melo/Downloads/CasaGrandeR.M%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/josiele_melo/Downloads/CasaGrandeR.M%20(1).pdf) Acessado em: 12 Dezembro de 2017

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**— São Paulo: Moderna , 2003. Disponível em:
<https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907> Acessado em: 05 de Janeiro de 2018

PREZIBÉLLA, Paulo Roberto Marconi. **A construção de uma práxis interdisciplinar na educação especial: análise de uma experiência**. Disponível em:
<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1377-8.pdf> Acessado em: 06 de Dezembro de 2017

SILVA, Lidia Martins. **Educação inclusiva e formação de professores**. 2009.p.19
 Disponível em:
http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf Acessado em 10 de Novembro de 2017

SILVA, 2009, p. 51 apud SOUZA e SILVA, 2005. **Educação inclusiva e formação de professores**. Disponível em:
http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010069353641lidia_monografia.pdf Acessado em 05 de Janeiro de 2018.

TARDIF, Maurice. Saberes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1755381/mod_resource/content/1/Saberes%20docentes%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o%20profissional.pdf . Acessado em: 21/02/2018

VIANA, Patrícia Beatriz de Macedo e BERETA, Mônica Silveira. **Os benefícios da inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares**. 2014. p. 03.